



JULGAMENTO DE RECURSO

Objeto – Impugnação ao edital – Pregão nº. 97/2023

Recorrente – Easy Clean Distribuidora Ltda.

Autoridade encarregada do Julgamento – Pregoeiro

RELATÓRIO

EASY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA, já devidamente qualificada, impetrou a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, questionando os itens do edital, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, sugerindo mudanças no edital a fim de evitar futuras nulidades.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Como é de conhecimento da empresa Recorrente, a faculdade da escolha quanto a modalidade a ser eleita, é da administração pública, obedecendo aos critérios legais.

E no caso em análise, entendemos que o edital atende a esses critérios, pois traz uma ampla concorrência e maior economicidade para administração pública, sendo a regra.

Porém, diante do recurso ofertado, entendemos que o edital merece parcial retoque, no que diz respeito a exigência da espessura/micra, sendo que o saco plástico deve atender apenas as normas da ABNT e legislação específica que rege a matéria.

Quanto aos demais itens, no Termo de Referência do Edital, está previsto todas as exigências necessárias, devidamente pesquisadas por esta comissão, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo.

Sendo assim, as alegações contidas no recurso ora analisado, merecem prevalecer parcialmente.

O próprio termo de referência de fls./fls., prevê os critérios de aceitação dos itens, **devidamente justificados pelos setores solicitantes**, devendo a empresa atender às normas e regulamentações técnicas exigidos por lei e pelo edital.

Além disso, o Município deve adquirir produto que atenda aos seus anseios, e da forma imposta no edital, atenderá muito bem.

A Administração Pública dentro do seu poder de discricionariedade, deve buscar o maior número de concorrentes para integrarem o procedimento licitatório e favorece-la com o menor valor ofertado.

Ora, para qualquer empresa do ramo que seja funcionar, ela deve se adequar as normas e regras federais e regionais. Não atendida tais regras, com certeza ficará impedida de



comercializar qualquer produto, ainda mais com o órgão público, que prioriza a legalidade e exige várias certidões para conferir a confiabilidade da empresa contratada.

No edital impugnado, além de atender todos os anseios da Prefeitura de Monte Carmelo, estão contempladas todas as hipóteses legais e prevendo a maior competitividade para empresas do ramo, para que não haja futuras nulidades.

Assim sendo, a aquisição dos itens qualificados no edital, entendemos, que abarcam uma maior competitividade e economicidade para administração pública.

O fato de a contratação ser regionalizada, atende o decreto municipal 2501/2021, que traz o tratamento diferenciado a pequenas empresas da região.

Portanto, a Impugnante tem razão em partes na sua impugnação, pois o interesse público deve prevalecer sobre o privado.

Em suma, a Administração Pública deve obedecer aos princípios da economia, celeridade e legalidade.

Dessa forma, não há erros ou vícios a serem sanados no edital impugnado, não assistindo razão o recurso ofertado.

DA DECISÃO

Diante do exposto, dá-se provimento parcial a presente Impugnação, tendo em vista os fundamentos lançados acima, somente no que diz respeito a exigência da espessura/micra, devendo o edital ser retificado para a exclusão da exigência bem como a inclusão nos itens relativos a sacos plásticos das normas da ABNT e legislação específica que rege a matéria.

Monte Carmelo-MG, 07 de dezembro de 2023.

ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO
Pregoeiro